

Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte¹

Luis Flavio Saporì

Professor da PUC-Minas

Lucia Lamounier Sena

Professora da PUC-Minas

Braulio Figueiredo Alves da Silva

Pesquisador do Crisp/UFMG

Este artigo tem como proposta analisar a dinâmica da incidência de homicídios na cidade de Belo Horizonte nas duas últimas décadas, a partir de alterações na conformação do mercado de drogas ilícitas. Procura-se argumentar que a incorporação do crack a esse mercado desempenhou papel decisivo no incremento expressivo dos homicídios em Belo Horizonte a partir de meados da década de 1990. A explicação do fenômeno reside nas características peculiares do tráfico do crack no varejo, pautado por uma rede de comercialização conflituosa em uma intensidade superior à verificada no comércio de outras drogas ilícitas.

Palavras-chave: crack, violência, drogas, índices de homicídio, Belo Horizonte

Crack Trade and Urban Violence in Belo Horizonte proposes an analysis of homicide rate dynamics in Belo Horizonte, in the state of Minas Gerais, Brazil, in the last two decades, based on the changes affecting the illegal drug trade. We argue that the introduction of crack on that market played a decisive role to significantly increase homicide rates in Belo Horizonte since mid 90s. The reason for this phenomenon lies in the peculiar characteristics of trafficking in crack retail, guided by trade network that is embattled in a level of intensity higher than that of other illicit drugs trade.

Key words: crack, violence, drugs, homicide rates, Belo Horizonte

Introdução

Uma importante vertente de estudos na sociologia do crime tem como foco o impacto das drogas ilícitas na dinâmica da criminalidade. A despeito da crença disseminada de que drogas ilícitas e violência, em especial homicídios, estão intimamente conectadas, ainda temos muito a avançar na coleta de dados empíricos e na elaboração de teorias que proporcionem compreensão mais apurada da dinâmica do fenômeno. Mesmo na sociologia americana, que tem se debruçado sobre o tema desde a década de 1970, os estudos realizados sugerem uma forte relação entre drogas e homicídios, mas são incompletos no sentido de explicar tanto a natureza como a direção causal dessa relação (GOLDSTEIN et alii, 1997).

Recebido em: 06/06/2011

Aprovado em: 12/08/2011

1 Versão preliminar deste artigo foi apresentada no 34º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2010 (Seminário Temático "Violência, criminalidade e justiça criminal"), e publicada pela Editora PUC-Minas no livro *Crack: um desafio social*.

No Brasil, a partir da década de 1980, autores como Alba Zaluar, Michel Misse, Luiz Eduardo Soares, Ignácio Cano, Gláucio Soares e outros realizaram trabalhos empíricos referenciais sobre os mecanismos sociais associados ao mercado ilegal de drogas e à resposta das políticas de segurança pública para desmantelá-lo ou para atenuar a violência a ele correlacionada. A rica e variada produção científica dessa *intelligentsia* carioca acabou por conformar e pautar a interpretação do fenômeno *tráfico de drogas* na sociedade brasileira, influenciando as pesquisas em outros centros.

Uma importante controvérsia que persiste e perpassa estudos brasileiros e americanos diz respeito ao real impacto que o comércio e o consumo de drogas ilícitas teria na incidência dos homicídios e outros crimes violentos ao longo do tempo. Inúmeras pesquisas empíricas buscam apontar as causas da criminalidade mediante a observação de dados de criminalidade ou violência frente a séries históricas de registros oficiais das organizações policiais. De uma maneira geral, as análises temporais dispostas em longas séries históricas de crimes oferecem duas situações particulares com relação a tendências: por um lado, momentos de crescimento ou explosão da criminalidade e, por outro, situações em que se observa a redução dos números absolutos. Em ambos os casos, a questão geral por trás dos estudos é identificar os fatores que explicam tal tendência.

Muitas explicações para o crescimento ou a diminuição do número de homicídios imputam essas variações às influências de fatores exógenos. O crescimento pode ser devido ao aumento da população jovem, e a queda, por exemplo, pode ser considerada resultado de condições econômicas favoráveis. Não obstante as distintas possibilidades de se compreender o fenômeno da criminalidade à luz das abordagens teóricas diversas, pesquisadores têm apontado a necessidade de desagregar as categorias gerais de crimes, como os homicídios, em subtipos “homogêneos” para melhor analisar os padrões e comportamentos específicos de cada tipo. Ou seja, muitos estudos procuram detalhar a relação entre vítima e autor dos casos de homicídios para a compreensão das características situacionais de sua ocorrência. Outras possibilidades de desagregação dos crimes de homicídios podem se referir à presença de álcool ou drogas no organismo das vítimas, local e horário de ocorrência e motivação do crime. O fator *tráfico de drogas* é incorporado, então, como possível variável explicativa da dinâmica da violência.

Nesse sentido, a drástica redução de homicídios na cidade de Nova York na década de 1990 tem sido explicada por alguns estudiosos como resultado de mudanças substantivas no mercado das drogas ilícitas. Tal ideia é contestada por especialistas que enfatizam o papel de importantes mudanças ocorridas na atuação da polícia (MESSNER et alii, 2007; ZIMRING, 2007).

Outro *case* que tem provocado rica polêmica é a notável redução de homicídios no estado de São Paulo na primeira década deste milênio. Diversos fatores sociais são apontados como possíveis explicações para esse fenômeno sem precedentes na sociedade brasileira. Mudanças na estrutura demográfica da população, alterações na política de aprisionamento ou mesmo nas metodologias de ação policial são os mais recorrentes. Não se descarta, contudo, a possibilidade de que parte dessa redução da violência no estado esteja relacionada a mudanças no gerenciamento dos conflitos advindos do tráfico de drogas por parte do Primeiro Comando da Capital.

A relação drogas/violência foi objeto de sistematização teórica em artigo referencial de Goldstein (1985). Segundo o autor, os homicídios decorrentes do consumo e do comércio de drogas podem ter lugar em três contextos distintos:

a) Sob o efeito psicofarmacológico das drogas: após a ingestão da droga, alguns indivíduos podem se tornar irracionais a ponto de agir de forma violenta. A violência psicofarmacológica pode resultar também da irritabilidade associada a síndromes de substâncias que causam dependência química. Além disso, o uso da droga pode contribuir para que o indivíduo se comporte violentamente, e também pode alterar seu comportamento de maneira a aumentar seus riscos de vitimização.

b) Formação de compulsão econômica: deve ser compreendida como o potencial que a dependência da droga tem na incidência de crimes contra o patrimônio. Alguns usuários de drogas são compelidos a se engajar em atividades criminosas, perpetrando roubos e furtos para obter recursos econômicos necessários ao financiamento do consumo contumaz. Em diversas situações em que há reação das vítimas ou descontrole emocional do criminoso podem ocorrer homicídios.

c) Violência sistêmica: está relacionada à dinâmica do comércio das drogas, especialmente das drogas ilícitas. Incluem-se aqui disputas territoriais entre traficantes rivais, afirmação de códigos de condutas no interior dos grupos de traficantes, eliminação de informantes, punições por adulteração de drogas e punições por dívidas não pagas, entre outros conflitos que emergem no processo de comercialização do produto.

Blumstein (1995) propõe outro tipo de conexão entre drogas e violência, que incorpora os efeitos sociais mais amplos do comércio de drogas ilícitas. O autor o qualifica como “efeito de desorganização da comunidade”, incluindo as maneiras através das quais as normas e padrões de conduta característicos do tráfico de drogas acabam por influenciar as atitudes e comportamentos de outros indivíduos que não têm envolvimento direto com a venda ou o consumo da droga. A solução violenta de conflitos do cotidiano tende a incorporar o recurso à força física, fomentando um contexto social de cunho hobbesiano.

Foi exatamente Blumstein quem primeiro realizou um estudo sobre o impacto do mercado de drogas ilícitas – especificamente o crack – no engendramento de uma epidemia de homicídios que atingiu segmentos juvenis empobrecidos nas grandes cidades americanas entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990. Esse estudo é considerado paradigmático por todos os que o sucederam, por ter apresentado uma sistematização teórica consistente acerca dos mecanismos sociais envolvidos na relação entre tráfico de crack e homicídios (MESSNER et alii, 2007).

Blumstein argumenta ainda que a epidemia de homicídios que assolou a sociedade americana pode ser explicada por dois processos conectados, quais sejam, a emergência e a difusão do mercado do crack em diversas cidades e a disseminação do uso de armas de fogo por amplos contingentes de jovens nessas mesmas cidades. O crack foi introduzido nos Estados Unidos, em tempos distintos e em diferentes partes do país, a partir dos primeiros anos da década de 1980, atingindo maior intensidade por volta de 1985 em grandes cidades, como Nova York e Los Angeles. Uma importante característica do crack é seu baixo preço, o que permitiu a formação de amplo mercado consumidor oriundo de classes mais empobrecidas. A lucratividade da venda da

droga, segundo o autor, é acentuada pelo fato de que o usuário fazia várias transações comerciais diárias para adquirir o produto, de modo a se ajustar à demanda crescente. Os traficantes começaram a recrutar grande número de jovens negros e pobres, residentes em bairros com pouca oferta de opções de trabalho no mercado formal, para atuar como vendedores da droga. Tais jovens, assim como quaisquer outros participantes do mercado de drogas ilícitas, buscaram nas armas de fogo um instrumento de autoproteção, dado que passaram a atuar em contexto social bastante conflitivo e pautado pelo uso constante da violência física. Eles foram impedidos a prover sua própria segurança mediante o uso intensivo da arma de fogo.

Mas o engendramento da epidemia de homicídios não se limitou a tal processo, tipicamente associado à dinâmica do tráfico do crack. A aquisição e a utilização crescentes de armas de fogo pelos jovens envolvidos com o tráfico de drogas acabaram por se espalhar para além de seus limites. O uso de armas de fogo foi difundido entre outros jovens que compunham a rede de relações dos “jovens do tráfico”, ou seja, jovens que iam à mesma escola ou frequentavam a mesma redondeza. Passaram a usar armas de fogo não apenas para autodefesa, mas também porque a arma de fogo transformou-se em símbolo de status social nas comunidades onde residiam. A partir daí iniciou-se um ciclo vicioso. Quanto mais armas apareciam na comunidade, maior era o incentivo para que todos procurassem se armar, potencializando a letalidade na resolução de conflitos diversos do cotidiano (BLUMSTEIN, 1995, pp. 28-30).

Tendo como referência essa perspectiva teórica, o presente artigo procura analisar a dinâmica da incidência de homicídios na cidade de Belo Horizonte nas duas últimas décadas, a partir de alterações na conformação do mercado de drogas ilícitas². Procura-se argumentar que a incorporação do crack a esse mercado desempenhou papel decisivo no expressivo incremento dos homicídios na cidade desde meados da década de 1990. E a explicação do fenômeno reside nas características peculiares do tráfico do crack no varejo, pautado por uma rede de comercialização bastante conflituosa, em uma intensidade superior à verificada no comércio de outras drogas ilícitas.

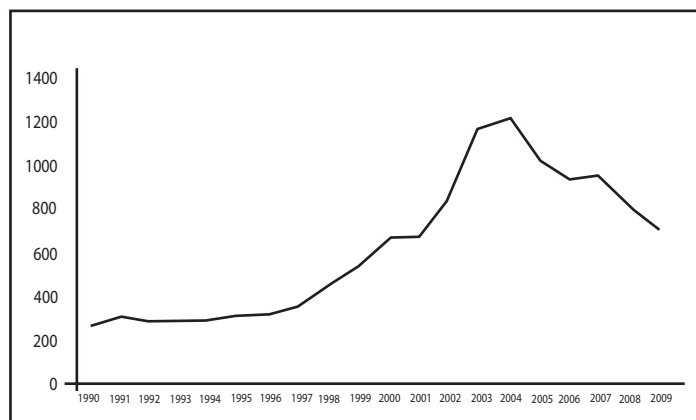
2 O artigo resulta de pesquisa financiada pelo CNPq que teve como objetivo compreender os aspectos simbólicos envolvidos no comércio e consumo do crack e no atendimento aos usuários.

A epidemia de homicídios em Belo Horizonte

Os dados do Gráfico 1 representam a dinâmica temporal dos homicídios na cidade de Belo Horizonte em um período de 20 anos. Como se pode observar, a capital mineira vivencia patamares relativamente baixos de homicídios no início da série – com cerca de 300 homicídios por ano –, alcança o nível mais elevado de ocorrências no ano de 2004, com mais de 1.200 mortes, e retorna, no último ano da série, a valores significativamente inferiores ao período de pico vivenciado cinco anos antes.

A observação mais atenta do gráfico nos permite, da mesma forma, subdividi-lo em três momentos bem distintos. Um primeiro momento, que pode ser chamado de evolução estável, indo de 1990 a 1996; um segundo, entre os anos de 1997 e 2004, de crescimento consecutivo dos números absolutos de mortes em Belo Horizonte e que pode ser considerado um período de deterioração gradativa; e, por fim, o momento de reversão de tendência ou evolução negativa, que vai de 2005 até o último ano dos dados disponíveis.

Gráfico 1 – Evolução anual de homicídios em Belo Horizonte (1990-2009)



Fonte: DHPP-MG

A dinâmica verificada ao longo dos anos nos leva a acreditar que tenha havido um fenômeno muito peculiar na capital, sobretudo no período denominado deterioração gradativa. Deparamo-nos, então, com fortes evidências de uma relação entre o início desse período de deterioração e o processo de entrada e disseminação do comércio e uso do crack em Belo Horizonte, considerando o fato de que a droga começou a ser comercializada na cidade em 1995³.

O comércio ilegal do crack em Belo Horizonte instala-se, inicialmente, em um aglomerado urbano, como foi o caso da pedreira Prado Lopes; cria, então, um mercado consumidor e, posteriormente, vai se propagando para outras localidades. Nossa hipótese é a de que o recrudescimento dos homicídios em Belo Horizonte, particularmente no período de 1997 a 2004, esteve relacionado à consolidação do tráfico do crack na cidade. A fim de explorar elementos que estão além da cifra anual dos registros de mortes violentas, procuramos analisar uma amostra de 673 inquéritos de homicídios ocorridos entre 1993 e 2006⁴. Esse total compreende aproximadamente 7,3% dos homicídios registrados naquele local no mesmo período, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, e implica uma média anual de 50 inquéritos analisados⁵.

A fim de testar a hipótese deste estudo, coube-nos a leitura de cada uma das peças documentais que compõem o referido inquérito. Procuramos distinguir a motivação principal que provavelmente levou o indiciado a cometer o crime. Diante das possíveis motivações observadas pelas análises, chegamos ao agrupamento de categorias apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Motivação relacionada ao crime de homicídio

Motivação	Frequência	Percentual
Conflitos relacionados ao comércio de drogas ilícitas	124	18,48
Conflitos relacionados a vingança/acerto de contas	92	13,71
Conflitos nas relações afetivas	78	11,62
Conflitos oriundos de discussões em bares ou similares	55	8,20
Outras motivações	263	39,20
Indefinido	61	8,79
Total	673	100

Fonte: DCCV – Tabulação própria

3 Conforme entrevista realizada com o delegado chefe do Departamento de Tóxicos e Entorpecentes de Belo Horizonte, “já na década de 1990, até meados de 1994, 1995, [havia] muita maconha e muita cocaína e pouco crack. Não tínhamos ainda a chegada do crack em nosso estado. Quando vim para Belo Horizonte, já na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, em 1995, começamos a fazer apreensões também de maconha, cocaína, LSD, que era novidade na época – e fizemos também quando começou a surgir o crack”.

4 Trabalhamos, neste artigo, com uma amostra aleatória simples de inquéritos a que tivemos acesso no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP - da Polícia Civil de Minas Gerais.

5 Faz-se necessário ressaltar que, em tese, para cada um dos registros de homicídio, a Polícia Civil, por meio da Delegacia de Crimes Contra a Vida, instaura um inquérito policial com informações sobre a vítima, como sexo, idade, local de residência, provável autoria e motivação. Todos esses elementos estão resumidos no Relatório Final do Inquérito Policial. Foi a uma cópia dele, arquivada pelo DHPP, que tivemos acesso.

Cada caso no banco de dados foi diferenciado como aqueles cuja motivação foi o conflito relacionado ao comércio de drogas ilícitas (N=124 ou 18,5%) e aqueles com outras motivações (N=549 ou 81,5%). Da mesma forma, dividimos a ocorrência dos homicídios em três momentos distintos: a) antes da entrada do crack em Belo Horizonte, de 1993 a 1996; b) explosão do mercado ilegal do crack em Belo Horizonte, de 1997 a 2004; e c) período seguinte à explosão do crack em Belo Horizonte, de 2005 em diante. A tabela a seguir apresenta a distribuição da principal motivação dos homicídios analisados por período considerado neste artigo.

Tabela 2 – Distribuição das motivações por período

		Motivação Principal		
		Outras	Drogas ilícitas	Total
Período				
de 1993 a 1996	Frequência	165	15	180
	%	91,7%	8,3%	100%
de 1997 a 2004	Frequência	316	75	391
	%	80,8%	19,2%	100%
de 2005 a 2006	Frequência	68	34	102
	%	66,7%	33,3%	100%
TOTAL	Frequência	549	124	673
	%	81,6%	18,4%	100%

Fonte: DHPP – Tabulação própria

Os dados deste artigo apresentam uma grande semelhança com aqueles utilizados em diversos estudos epidemiológicos nos quais se busca conhecer a relação entre uma ou mais variáveis que refletem a exposição e a doença (o efeito). No caso particular de nosso trabalho, gostaríamos de conhecer a probabilidade de ocorrência de um homicídio cuja motivação está relacionada a drogas ilícitas, conhecendo-se o período de exposição: um dos três momentos considerados.

A relação de causa e efeito entre variáveis pode ser verificada utilizando-se inúmeros métodos estatísticos. Tradicionalmente, estudos quantitativos em sociologia têm se baseado na modelagem de dados por meio de uma técnica conhecida como regressão, que permite explorar e inferir a relação entre uma variável dependente (variável resposta) e

uma ou mais variáveis independentes específicas (variáveis explicativas). Neste estudo, usaremos o modelo de regressão logística para medir o grau de associação existente entre os períodos considerados e a incidência de homicídios cuja motivação está relacionada a drogas ilícitas. A função logística se aplica a problemas dessa natureza porque varia entre 0 e 1. O modelo estatístico por trás dessa função calcula a probabilidade do efeito (o período) sobre a causa (os homicídios por drogas ilícitas) pela seguinte fórmula:

$$p(x) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 x)}}$$

em que os termos β_0 e β_1 representam parâmetros desconhecidos que serão estimados com base nos dados amostrais dos inquéritos policiais. Dessa forma, ao estimar esses parâmetros, será possível calcular a probabilidade de ocorrência de homicídio devido a drogas ilícitas para cada um dos períodos representados por uma variável dummy⁶. Também usaremos como variável independente a informação sobre a utilização de arma de fogo para o cometimento do homicídio, de modo a estimar a probabilidade de que o homicídio venha a ser cometido com uma, em comparação com todos os outros meios utilizados.

Assim, nosso modelo estatístico pode ser descrito da seguinte maneira: $p(\text{HDI}) = 1/(1 + e^{-(\beta_0 + \beta_{p2} + \beta_{p3} + \beta_{AF})})$, onde $p(\text{HDI})$ é a probabilidade de que ocorra um homicídio cuja motivação é devida a drogas ilícitas, β_0 é o intercepto, β_{p2} (P_2) é a estimativa para o período dos anos de 1997 a 2004, β_{p3} (P_3) é a estimativa para o período dos anos de 2005 e 2006 e β_{AF} (AF) é a estimativa para homicídios cometidos com utilização de arma de fogo.

Além disso, uma das grandes vantagens do modelo de regressão logística é que cada coeficiente estimado fornece uma estimativa do logaritmo natural (LN) do *odds ratio* para todas as variáveis do modelo. Em outras palavras, é possível obter a razão das chances (*odds ratio*) para cada covariável, que é definida como a probabilidade de que um evento ocorra dividido pela probabilidade de que o evento não ocorra. O efeito das variáveis independentes no modelo é apresentado na tabela a seguir⁷.

6 Variável dummy ou de referência é uma variável que assume o valor 0 ou 1 no modelo.

7 A análise estatística dos modelos de regressão logística foi feita com a utilização do software Stata®, versão 10.0.

Tabela 3 – Regressão logística: efeito dos períodos e da presença de arma de fogo sobre os homicídios relacionados ao crack*

	Coef.	Erro padrão	z	P z	Intervalo de confiança de 95%	
Intercepto	-3,217752	0,3407238	-9,44	0,000	-3,88558	-2,549946
P2	0,837431	0,3032069	2,76	0,006	0,2431565	1,431706
	(2,310424)	(0,7005364)			(1,275268)	(4,185832)
P3	1,54498	0,3483744	4,43	0,000	0,8621783	2,227781
	(4,687876)	(1,633136)			(2,368614)	(9,279251)
AF	1,265869	0,2673139	4,74	0,000	0,7419438	1,789795
	(3,546174)	(0,9479415)			(32,100014)	(5,988224)

*Os valores do *odds ratio* estão apresentados entre parênteses.

Porque os coeficientes são estatisticamente significativos ($P < 0,05$), verifica-se a existência do efeito das variáveis independentes sobre a ocorrência de homicídios decorrentes de conflitos relacionados ao comércio ilegal de crack em Belo Horizonte. Considerando os resultados do *odds ratio*, pode-se afirmar que as hipóteses desse trabalho se confirmam, isto é, tanto no período da disseminação do crack em Belo Horizonte (P2 no modelo), de 1997 a 2004, quanto no período imediatamente posterior (P3 no modelo), de 2005 a 2006, a probabilidade de homicídios devido a drogas ilícitas aumenta consideravelmente.

De 1997 a 2004, as chances de que ocorressem homicídios devido a conflitos relacionados a drogas ilícitas era 2,31 vezes maior que de 1993 a 1996. Isto é o mesmo que dizer que a sua *odds ratio* aumentou 131% no período, considerado o marco da entrada e da disseminação do crack no mercado de drogas ilícitas de Belo Horizonte.

Essa mesma análise pode ser feita comparando-se os coeficientes do período considerado como posterior à entrada do crack no mercado de drogas de Belo Horizonte (P3), que vai de 2005 a 2006, com os do primeiro período, de 1993 a 1996. Não obstante, comparando-se os coeficientes relativos aos anos de 2005 e 2006 (P3) com os do período de 1997 a 2004 (P2), verifica-se um incremento da ordem de 200% na *odds ratio* de que os homicídios nos últimos anos dessa análise se devam a conflitos relativos ao mercado de drogas ilícitas a partir da inserção do crack na cidade.

Por fim, esse modelo logístico evidencia a forte presença de arma de fogo nos homicídios ocorridos na cidade. As chances de que uma morte dessa natureza seja cometida por arma de fogo é 3,5 vezes maior que as chances de que se tenha o mesmo crime cometido por algum outro instrumento.

Dessa forma, elaboramos um modelo estatístico no qual os resultados significativos corroboram nossas hipóteses acerca dos homicídios na cidade de Belo Horizonte a partir da entrada do crack no mercado ilegal de drogas. A metodologia utilizada estimou parâmetros que dão a dimensão da mudança para o período como um todo. Assim, a probabilidade de um homicídio devido a conflitos relacionados a drogas ilícitas é a mesma em 1º de janeiro de 1997 e em 31 de dezembro de 2004⁸.

Por conta desse fator, procuramos implementar uma modelagem que consiga captar o efeito do tempo na motivação dos homicídios de uma forma menos compartimentada. Para tanto, estimamos um modelo logístico cuja variável independente “tempo” não mais represente períodos previamente definidos, mas os dias sequenciais contados desde a data do primeiro inquérito amostrado na pesquisa. Essa variável contínua, “tempo”, foi normalizada, tomando-se como referência para o valor 0 (zero) o primeiro dia de 1997, que é o momento em que, em tese, se deu a disseminação do crack no mercado de drogas ilegais em Belo Horizonte. Assim, valores negativos representam o período, em dias ou anos, anterior à chegada do crack na cidade, e valores positivos representam momentos posteriores.

Hipoteticamente, assumimos que, em comparação com o momento inicial da entrada do crack no mercado de drogas ilegais de Belo Horizonte, há um segundo momento em que o número de homicídios cuja motivação sejam conflitos relacionados a esse mercado diminui. Acreditamos que isto passa a ocorrer em meados de 2003, ou seja, pouco mais de seis anos após a imersão do crack no mercado de drogas existente. Por conta desse pressuposto, incluiremos no modelo a mesma variável tempo descrita anteriormente, mas agora de forma não linearizada, ou seja, elevando-a ao quadrado.

8 Conforme demonstrado anteriormente, o modelo logístico adotou como covariáveis os períodos de 1997 a 2004 e de 2005 e 2006, e arma de fogo, como instrumento utilizado no crime.

Assim, o modelo logístico nesse segundo momento do trabalho pode ser descrito, matematicamente, da seguinte maneira: $P(\text{HDI}) = 1/(1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 p_2 + \beta_2 p_3 + \beta_3 \text{AF})})$, onde $P(\text{HDI})$ é a probabilidade de que ocorra um homicídio cuja motivação são as drogas ilícitas, β_0 é o intercepto, $\beta_1 p_2$ é a estimativa para o tempo, $\beta_2 p_3$ é a variável tempo elevada a seu quadrado e $\beta_3 \text{AF}$ é a estimativa para homicídios cometidos com utilização de arma de fogo. Desse modo, o cálculo da regressão logística apresenta os seguintes resultados:

Tabela 4 – Regressão logística: Efeito do tempo e da presença de arma de fogo sobre os homicídios

	Coef.	Erro padrão	z	P z	Intervalo de confiança de 95%	
Intercepto	-2,60053	0,2561407	-10,15	0,000	-3,102556	-2,098503
Tempo (anos)	0,1354006	0,0546412	2,48	0,013	0,00283057	0,24214954
	(1,144995)	(0,062564)			(1,02871)	(1,274425)
Tempo (quadrado)	-0,0099186	0,0074105	-1,34	0,181	-0,0244429	0,0046058
	(0,9901305)	(0,0073374)			(0,975834)	(1,004616)
AF	1,275236	0,2665411	4,78	0,000	0,752854	1,797647
	(3,579547)	(0,9540965)			(2,12299)	(6,035431)

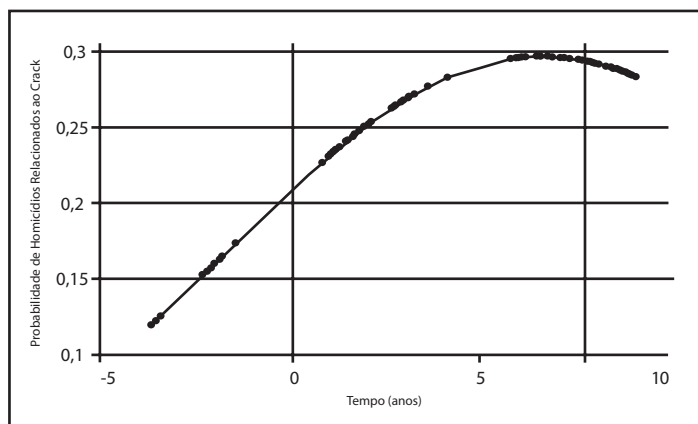
*Os valores do *odds ratio* estão apresentados entre parênteses

Como se pode verificar a partir do modelo logístico no qual são apresentados os resultados das estimativas dos parâmetros exponencializados (*odds ratio*), a medida de tempo (em anos) e a de armas de fogo (meio utilizado) se mostram estatisticamente significantes em um nível inferior a 5%. Por outro lado, o parâmetro estimado para a covariável que representa o quadrado da variável tempo não se mostrou estatisticamente significativo. Embora essa covariável não tenha atingido um nível de significância estatística usual, confirmando uma mudança de padrão com relação aos homicídios decorrentes do crack nos últimos anos da série de dados considerada, procuramos, mesmo assim, observar o comportamento dos valores preditos das probabilidades pelo modelo ao longo do tempo.

Do ponto de vista analítico, os resultados são interessantes, como se pode observar pelo gráfico a seguir. No período anterior ao que se considera a entrada do crack na cidade (tempo em anos inferior a 0 no eixo X do gráfico), observa-se um aumento, com o passar do tempo, da pro-

bilidade de que se tenha um homicídio cuja motivação tenha envolvimento com o mercado de drogas ilícitas. A partir do momento considerado marco dessa entrada (eixo X do gráfico igual a 0), as probabilidades aumentam rapidamente, passando de valores próximos a 0,2 para valores aproximados a 0,3, momento em que, como assinala a horizontal superior, as probabilidades tendem a assumir um comportamento de inversão.

Gráfico 2 – Valores preditos das probabilidades ao longo do tempo



As linhas verticais indicam os dois momentos no tempo considerados relevantes nesta pesquisa. A primeira linha, que coincide com o valor 0 do eixo X, destaca as probabilidades de ocorrência de homicídios relacionados ao tráfico de drogas em Belo Horizonte, exatamente a partir do momento em que se considera o marco da disseminação do crack na cidade. Já a segunda linha vertical indica o momento subsequente à explosão do mercado ilegal do crack na capital. Verifica-se que os valores preditos das probabilidades tendem a assumir gradativamente índices que indicam uma reversão da tendência observada anteriormente nos últimos anos da série.

Os resultados obtidos mostram que há uma forte evidência de que o crescimento das ocorrências de homicídios em Belo Horizonte a partir de 1997 possa ser explicado, em grande medida, pela intensificação dos conflitos relacionados ao tráfico de drogas. Comparando o gráfico do número absoluto de homicídios na cidade com o grá-

fico dos valores preditos das probabilidades decorrentes de homicídios motivados pelo tráfico de drogas, observa-se um comportamento muito similar ao longo do tempo. Ou seja, o crescimento das probabilidades a partir do momento que se considera que o início da disseminação do tráfico em Belo Horizonte, em 1997, coincide com o início da epidemia de homicídios na cidade, cujo ápice se deu em 2004, momento em que se começa a verificar a reversão das probabilidades, embora elas não tenham sido estatisticamente significantes no modelo.

O mercado das drogas ilícitas como rede⁹

É nossa pretensão identificar as especificidades do mercado de crack que o relacionam com o aumento das taxas de homicídio em Belo Horizonte, já atestado no item anterior. Os dados levantados em campo, por meio de metodologia qualitativa, nos permitem afirmar que as estruturas sobre as quais se desenvolve o mercado de drogas ilícitas não necessariamente devem ser pensadas como altamente identificadas e organizadas, isto é, não apresentam uma composição de papéis rígida e definida verticalmente. A complexidade do mercado de drogas, em termos de relações e atores envolvidos, nos possibilita uma leitura de estrutura em rede. Uma dinâmica que se realiza como um emaranhado de conexões, nós ou pontos que se ligam a partir de várias aberturas, interesses e/ou condicionantes de participação múltiplos e posições fluidas.

A definição de uma estrutura pela diversidade de interações a ela correspondentes nos leva a considerar que aquilo que se analisa como rede é a dinâmica de um conjunto de interações que emergem como forma. Capra (2001) salienta que as redes devem ser entendidas como formas, resultados de uma dinâmica de conexões que fazem emergir um padrão de organização. As modificações no processo de conexão entre os componentes resultam em modificações no padrão de organização como um todo.

9 Os dados empíricos que fundamentam as análises desse item foram obtidos mediante a realização de entrevistas semiestruturadas com 19 traficantes atuantes ou que atuaram nos últimos dois anos em Belo Horizonte e municípios vizinhos. Desse total, quatro estavam cumprindo medidas socioeducativas de internação.

Na dinâmica de funcionamento da rede destacam-se os preceitos significativos. Um deles é a integração voluntária das conexões, isto é, o que explica a ligação dos nós de uma rede é a identificação de valores e objetivos comuns entre eles. Se adotarmos esse preceito para os contextos sociais em que a atividade de comercialização de drogas se insere, podemos afirmar que a decisão dos indivíduos pela integração à rede de comercialização local passa tanto por uma escolha racional, em um leque de baixas ou altas oportunidades, quanto pela identificação com os valores locais e sociais que o tráfico implica.

Outro preceito discutido nas redes é a autonomia relativa dos nós que a compõem (SCHERER WARREN, 2006). A princípio, uma rede poderia ser vista como algo ausente de referências centrais. No entanto, em um padrão de organização, podem ser identificados alguns pontos que atuam como hiperlinks, centros mais dinâmicos e/ou centrais na rotina de funcionamento da rede (CAPRA, 2001). Suas diversas conexões, ainda que possam ter uma dinâmica mais autônoma de movimentação, necessariamente têm que estabelecer com esses centros algum tipo de ligação e, até mesmo, uma forma de subordinação.

Em nosso estudo, destacamos quais são os hiperlinks e a maneira de conexão que as redes estabelecem com eles. A estrutura de formação, padrão de ação e vínculos que uma rede estabelece a partir dessas múltiplas lideranças são também configuradores de uma dinâmica, mais ou menos ampliada, de conflitos nas redes.

Para discutir o cenário em que os conflitos ligados ao mercado do crack estão relacionados a homicídios, descrevemos a seguir a dinâmica da rede de bocas.

Crack e rede de bocas

Uma boca é referência de um espaço físico, constituindo-se em um ponto comercial para a venda de uma droga ilícita. É o lugar, e não os indivíduos, que atua como hiperlink para a formação das conexões dessa rede. As bocas constituem suas conexões em rede a partir de dois formatos: uma rede de comercialização hierarquicamente centralizada, uma “firma” reconhecidamente

pertencente a um patrão, que apresenta estrutura hierárquica de poder e divisão de atividades de trabalho, assemelhando-se a uma empresa; e as redes de conexão iniciadas por um grupo de indivíduos ou um único, que assume a autoridade da venda em um local, um ponto, mas não necessariamente apresenta uma estrutura empresarial hierárquica, ainda que possua alguma divisão de tarefas e possa vir a se constituir em uma rede centralizada com o avanço de suas conexões.

A dimensão territorial é uma variável imanente às redes de bocas. Sua formação em uma determinada localização é uma dimensão estratégica para sua referência como ponto de venda. Mas, também, o território é um espaço simbólico que caracteriza a boca como uma atividade específica ali desempenhada. O pertencimento de um grupo/indivíduo a esse local consolidado é algo próprio de uma atividade ilícita aceita ou tolerada pelos que habitam essas regiões.

Ainda que espacialmente definidas, as bocas são campos relativamente isolados nos territórios em que se instalam. Elas devem resguardar-se de áreas de grande circulação, que as exponham de maneira excessiva. Em geral, instalam-se em lugares que lhes garantam a visibilidade para o tipo de ir e vir que ali se realiza. Esse fator possibilita o deslocamento rápido, quando necessário, e segurança, tanto aos que nelas exercem a atividade do tráfico quanto aos que habitam nas proximidades. “A boca fica em um canto na favela, uma ponta de bico”, diz um traficante entrevistado.

A formação das redes de bocas pode se derivar de situações distintas. Nas redes de grupos, o fato desencadeador identificado pela pesquisa foi a baixa ou nenhuma estruturação. As conexões são restritas a um grupo local, cuja ligação com o lugar pode se dar primeiramente pelo objetivo do encontro para o uso de uma droga ilícita. Nesse caso, a sociabilidade, geralmente de conhecidos e/ou amigos, é o fator que interliga os nós iniciais dessa rede. Esse sistema de referência definido por um valor de sociabilidade forma, ao longo do tempo, uma rede mais consolidada de comercialização. A circulação de informação sobre o local torna-o uma referência que, aos poucos, o solidifica como ponto de venda, que um grupo passa a assumir como propriedade. O uso frequente é fator que conecta outros usuários que também buscam um local para partilhar o uso e, eventualmente, adquirir os produtos ali utilizados.

A boca tinha um dono. Quem mandava *era* eu e meu amigo. Ninguém ia vender na minha boca, não. Era uma turma que fazia uso e alguém começou a vender pra suprir o uso. Eu assumi aquele ponto de venda. (ex-traficante entrevistado)

No caso desse tipo de rede, a comercialização é no início uma estratégia de sustentação do uso de drogas. Obter uma quantidade maior de produto do que normalmente se consome e que possa ser disponibilizada para comercialização é uma das formas pelas quais se garante a continuidade desse uso.

Começa muitas vezes dentro de colégio. Aí começa a ter as pessoas que chamam e tudo o mais, por querer aparecer mesmo, na juventude, por querer ter fama, ter boas mulheres e tudo o mais. Aí sempre tem um que já é mais velho e se interessa por aquilo e começa com um pequeno tráfico mesmo, e por aí vai. E aquela pessoa não quer mais aquele poder pequeno, já quer um poder maior, uma arma melhor. (ex-traficante entrevistado)

Outra situação identificada é a rede formada por pequenos comerciantes, nós isolados. É uma situação empreendedora em que indivíduos, de forma relativamente autônoma, estabelecem-se comercialmente a partir da implantação de um ponto de venda. É um processo derivado da pulverização de uma rede maior já existente que se estende em uma localidade a partir da instalação de várias bocas. Esses pontos de venda estão ligados às firmas, grupos ou fornecedores atuantes na região, para quem esses empreendedores em algum momento atuaram na condição de vendedores.

Uma área que possui muitas bocas é uma área boa para vender. Mas elas pertencem a um só grupo, uma firma. (traficante entrevistado)

As redes centralizadas, as firmas, instaladas nos grandes aglomerados, têm sua formação inicial relacionada à conexão estabelecida entre um ou mais membros de uma comunidade e um fornecedor fora dela. Essa ligação entre os nós permite a instalação de um ponto de venda cuja estrutura é marcada pela presença de um gerente, figura central desse tipo de rede, e de pessoas a ele conectadas na condição de membros ou trabalhadores da boca.

A propriedade das firmas está relacionada a um indivíduo com força real e simbólica. É uma figura de referência forte, com poder de decisão sobre a dinâmica da rede. É chamado de “patrão” e é aquele que “põe a droga no lugar”. Não necessariamente é morador local; nunca está presente na região em que a boca está instalada; e pode ser proprietário de uma ou mais bocas em distintas localidades. Em geral, não é conhecido pelo grupo que trabalha diretamente ligado à estrutura na posição de vendedores (pequenos traficantes). Seu contato é mais restrito ao gerente.

(...) Tem essa divisão nas firmas: o patrão que traz, que geralmente não fica nessas bocas; fica o gerente mesmo, e a gente acha que o gerente é que é o patrão. Muitos gerentes se fazem de patrão. (traficante entrevistado)

O gerente é a conexão mais importante da rede centralizada. Sua atuação assemelha-se à de um hiperlink. Diríamos que a referência de uma boca, como um hiperlink de uma rede, confunde-se com a figura de gerente. Seu papel é de grande responsabilidade e com atividades multivariadas. Encarrega-se do embalamento e da distribuição da mercadoria, da contagem e da aferição de lucro, da distribuição de tarefas, da decisão sobre a forma de resolução dos problemas, do acerto de contas e da administração dos recursos humanos que passam a estar sob sua responsabilidade. Os entrevistados sempre se referem ao gerente como alguém que tem “disposição”. Isso pode ser traduzido na capacidade de incorporação de um papel de liderança na firma. Gerenciar uma boca significa representar um “patrão”, agir em nome dele, garantir-lhe sucesso empresarial, retribuir com capacidade administrativa a confiança que lhe foi outorgada.

O gerente de boca tem que ser o linha de frente mesmo. Na verdade, ele tem que ser um camarada que bate de frente, tem que estar preparado pra matar a qualquer hora e tem que dar lição para as pessoas que devem. (traficante entrevistado)

A dinâmica das conexões comerciais externas é obviamente fundamental para a manutenção da rede, pois garante sua razão de ser, o comércio da droga. Com exceção dos agentes de segurança pública, são ligações com um grau de penetrabilidade relativo no movimento interno da rede. No

âmbito das conexões internas, verifica-se um relacionamento forte entre os nós e a dinâmica complexa. Essas conexões são compostas por indivíduos moradores das regiões onde as bocas estão instaladas. Podem ser usuários e/ou membros integrados à rede de comercialização que ocupam posições diversas: prestadores de serviços locais, entre outros possíveis nós conectores.

Nas redes centralizadas, é frequente a existência de nós sustentadores, um grupo fortemente conectado entre si e ao gerente. O conjunto de conexões formado por esses nós faz referência a um poder constituído pelas relações de confiança e identificação de pertencimento que identificam uma boca. Os nós sustentadores têm papel de suporte, de sustentação na dinâmica comercial de uma rede, tendo sido nomeados por alguns entrevistados como “grupo”, “quadri-lha”, “facção”. Esse suporte é de natureza diversa, tal como segurança, negociação, resolução de conflitos.

Um dos movimentos mais dinamizadores de uma rede de bocas é o das conexões de moradores locais que querem se integrar à dinâmica de comercialização e, assim, atuam em sua linha de frente. Podem estar conectados na condição de “vapores”, “guerreiros” (vendedores), “aviões” (os que acionam os vendedores e entregam a droga), “correria” (deslocamento entre bocas), “olheiros”, “fogueteiros” (acionadores da segurança), “faxineiros” ou “ratos” (cobradores e matadores).

Em geral, estas conexões são compostas por jovens a partir dos 12 anos, ainda que a pesquisa tenha identificado que nas firmas a presença de jovens abaixo dessa idade é frequente. Eles se conectam com o objetivo de obter trabalho e renda, o benefício de acesso à droga e integração simbólica. O acesso a um pertencimento é também um produto ofertado por uma boca. “A boca é uma família, porque boca sem união não é boca”, disse um traficante entrevistado.

Essas conexões são dinâmicas e centrais na rede; são nós que apresentam um alto nível de vulnerabilidade. Na medida em que pertence a uma rede, esse nó deve representá-la, garantindo a dinâmica de entrada e saída do produto, seja na condição de vendedor ou no exercício de outra atividade própria dessa rede. A partir do momento em que se liga à rede, seu movimento passa a girar em torno de conexões altamente conflituosas: entre sua rede de

boca, as demais bocas e os agentes da segurança pública. Seu movimento na rede é regulado e transitório. Sua inserção e manutenção dependem da capacidade de domínio de sua atuação. No entanto, essa conexão tem baixo poder de controle e ampliação sobre seu desempenho, não só pela fragilidade pessoal que lhe é inerente, mas também porque está sujeita aos demais movimentos dos nós da rede, cuja atuação reestrutura ou elimina essa conexão.

Eu tô falando: o vapor pode ser morto tanto pelo patrão da boca dele, pelo gerente, ou pelo gerente e o patrão de outra boca. Ele fica no meio mesmo; é um lixo da comunidade. (traficante entrevistado)

A rede de bocas tem como característica a tendência à centralização. Seus nós são muito definidos por papéis, ainda que possa haver uma pluralidade deles. O deslocamento dos papéis está relativamente condicionado a diretrizes internas definidas de forma mais hierárquica ou é originado de substituições/eliminação nas situações de conflito que trataremos a seguir.

Eu era o cabeça na boca. Fui levantando. O Zé jogou uma carga na minha mão. Fui crescendo. Tinha conceito com o patrão de BH. Eu achava que eu ia ser patrão. Cada um tem um objetivo. Eu queria ter uma casa, uma família (...). Aí alguém mandou passar o cerol na minha boca... (traficante entrevistado)

A centralização indica domínio sobre um território socialmente frágil, por um grupo que facilmente se impõe com força real e simbólica. A imposição de poder local sem dúvida gera despotismo, traduzido em regras privadas de controle e resolução de conflitos, restrição ao direito de ir e vir, porte de armas para constrangimento e outras formas de dominação que possam garantir a prevalência de poder.

Uma das variáveis identificada com as situações violentas é a dimensão de cultura do mercado de bocas. As práticas de violência inerentes a esse mercado parecem se espalhar para todo o tecido social local e passam a ser incorporadas como usuais nas localidades em que as bocas estão instaladas. Esse fator parece

indicar força maior na configuração dos conflitos, que aparentemente não se restringem ao âmbito das bocas, mas que, na maneira como se resolvem, incorporam as formas típicas de resolvê-los.

A afirmação encontra exemplo nos conflitos de natureza pessoal. Relatos demonstram que, em situações de disputa ou mal-entendido, resoluções extremas e/ou a prática de homicídio apresentam-se como resposta obrigatória, mesmo sem necessariamente haver uma questão comercial como fator desencadeante do conflito.

Essa guerra não foi em função da droga; foi em função de – como a gente fala? – assim mesmo, da pilantragem. Pilantragem que a gente fala é um pegar o outro pelas costas. Aí, foi por isso que começou essa guerra. Na verdade, foi por causa de uma mulher. Aí, não sei o que aconteceu lá, *que* um camarada daqui de baixo matou uma menina de uma camarada lá da (...). Daí estourou essa guerra! (traficante entrevistado)

Os conflitos de natureza comercial identificados são advindos de questões internas às redes, ou seja, relacionados, de maneira mais recorrente, às situações que implicam os agentes envolvidos na comercialização e também dizem respeito ao tipo de produto que hoje predomina nas redes de boca, o crack. Podemos afirmar que essa droga potencializou e estendeu os conflitos na rede de bocas.

Atualmente, as redes de boca comercializam de maneira predominante o crack, ainda que também a cocaína e maconha. No entanto, esses produtos são apresentados como tendo, neste momento, menor peso comercial.

Maconha todo mundo tem e todo mundo ganha; agora, o plantão da pedra é o melhor. (traficante entrevistado)

O crack é ouro! (traficante entrevistado)

A pedra vale a pena: não acaba nunca; um fala pro outro, pega e pronto. Neguinho quer fumar o dia todo: vem de novo, *tá noia-do*, vira quatro, cinco noites. (traficante entrevistado)

O domínio do crack nas bocas relaciona-se com os conflitos de natureza mercadológica, sendo o mais recorrente o processo de endividamento envolvendo tanto os usuários e as conexões externas quanto as conexões internas, ou seja, os indivíduos que atuam na rede exercendo papéis de frente na comercialização. Os relatos apurados demonstram que o crack potencializou as situações de endividamento na rede, por um motivo relacionado a seu principal efeito farmacológico, a compulsão ao uso. Aliado a esse efeito, temos uma droga de valor relativamente alto, tendo em vista o perfil socioeconômico que predomina entre os usuários.

É caro pra *carai!* Se você pega R\$ 10 de maconha, você faz seis, sete *cigarro*; você usa de manhã, à noite e depois vai. Por isso que hoje em dia os caras nem fazem muita questão de maconha: eles vendem mais crack, que dá mais dinheiro e é uma droga que controla mais o ser humano. (traficante entrevistado)

Sobre o usuário endividado, os relatos indicam que não necessariamente está propenso a ser vítima de uma situação de violência por sua dívida, a não ser quando quebra os procedimentos em relação aos débitos. Isso significa que dever não é um mal em si; a traição, sim. Por exemplo, se um usuário está devendo numa boca e compra de outra, está infringindo um código local, podendo ser, inclusive, denunciado entre bocas concorrentes. A negociação é possível, desde que o devedor seja percebido como portador de atitudes coerentes em relação ao débito, tais como não demonstrar o uso da droga e não realizar outra compra antes de quitar a dívida.

O traficante não mata o usuário porque ele *tá* devendo. Ele mata porque ele é um sem-vergonha e *tá* devendo e foi comprar na outra boca. É nessa situação que ele mata o usuário. Se ele comprou e não pagou, mas não *tá* devendo, não *tá* usando, o traficante segura mais a onda. Mas se vê que ele *tá* chapado, *tá* tirando mercado dele (...): “Cê tá achando que eu sou otário?” (traficante entrevistado)

É necessário ressaltar que um dos complicadores da situação de endividamento com o crack é a impossibilidade de exercício de uma prática comum no mercado de drogas,

o “repassé”. Como já ressaltado, é próprio dessas redes um movimento interno das conexões em que um conector-usuário passa eventualmente a ser conectado por referência de revenda do produto. Nesse movimento, ele constitui sua rede de conexões própria, independente das relações com o link anterior, com quem obtém a droga. Esse movimento sustenta e estende a rede até o ponto máximo em que cada um de seus pontos de conexão consegue se espalhar. Nessa ampliação da rede, o usuário também garante seu uso a partir do próprio produto, fator que dinamiza a rede de comercialização.

No entanto, a capacidade de esse vendedor/usuário fazer esse movimento não depende simplesmente de seu voluntarismo, de um perfil empreendedor. Está, também, condicionada a sua inserção em redes de relacionamento mais amplas. Grande parte dos que atuam como vendedores nas bocas pertencem a redes limitadas por sua condição socioespacial. Em geral, seus relacionamentos se dão com os próprios moradores da região ou das proximidades, fato que restringe seu público consumidor. Com o crack, essa restrição acentua-se.

O usuário que compra uma quantidade maior de produtos para revenda ou revende uma parte do que compra para custear seu uso não é muito comum na rede de comercialização do crack. Uma das explicações para esse fato é o perfil predominante do usuário, um indivíduo pobre e sem capital social que lhe permita inserções em redes mais amplas. Aliada a essa variável, o uso da droga é imediato, geralmente na mesma boca ou no entorno. A droga consome as possibilidades de sua circulação para além da posse do usuário. Os relatos mais frequentes atestavam que o cliente do crack é um consumidor compulsivo, de alto consumo, um usuário que se imobiliza e aos poucos vai se tornando um “noinha”, um “mendigo que fica lá nos becos ou casinhas.”

Sendo assim, a rentabilidade do consumidor do crack para a rede não está relacionada às extensões advindas das redes de relacionamento dos usuários, mas à demanda sempre ampliada exigida por uma droga de consumo rápido.

A pedra é neguinho que implora; não tem dinheiro, fica pedindo; é mais pesada. (traficante entrevistado)

O pessoal que fuma pedra é bem mais pobre. E já está lá mesmo, então nem toma banho; fica por lá mesmo. Não consegue ter outra atividade; não tem interesse de ter outra atividade. (traficante entrevistado)

Outra variável de violência relacionada ao crack é formada pelos conflitos originados do “derrame” da droga, ou seja, a sobreposição do uso no montante da droga que tem que ser paga por meio da venda. Ao contrário de outras drogas, o crack não é um produto que permita “malhação” ou “dobra”, estratégias para garantir geração de um *plus* a partir de uma quantidade de produto adquirido. Sendo assim, a incorporação do usuário à rede de comercialização para o sustento do uso (e, portanto, o derrame) torna-se mais recorrente graças à “fissura” pelo uso.

Na cadeia de repasse, o derrame torna-se um problema não somente para o usuário, mas também para o vendedor que lhe repassou a droga e que posteriormente tem que acertar contas com a boca. Os conflitos se estendem à medida que a rede de conexões se amplia e há movimento dos papéis de seus integrantes.

Agora, tem nego que não fuma a pedra; é a pedra que fuma o cara. Bandido que é bandido não é viciado. *Cê tá vendendo 50 bolinho: cê vai queimar 10? Aí cê queimou o lucro todo!* (traficante entrevistado)

Assim, o processo de endividamento gerado pelo crack desemboca em outro tipo de conflito, interno à comunidade e/ou seu entorno, o roubo. Esse tipo de delito torna-se prática comum, já que as bocas atuam em boa medida por escambo. O trabalho de grande parte das conexões internas à rede é remunerado por produto. Nesse sentido, o dinheiro ou algum bem atua como meio de troca para o produto. Esse fato valida o roubo como prática definida do comércio do crack. As situações de roubo podem ocorrer dentro da própria família, no entorno das bocas ou dentro da própria região de moradia, sendo o delito mais passível de levar ao homicídio contra o usuário por parte dos próprios integrantes da rede.

Não tem um cara que tá roubando aqui dentro da área pra fazer do produto que roubou, fazer dinheiro pra poder usar a droga. Ou seja, o cara rouba lá fora pra levantar o dinheiro pra comprar a droga aqui. Se o cara roubar aqui ele morre aqui! (traficante entrevistado)

Outra variável geradora de violência é a alta rentabilidade das bocas, propiciada pelo crack. A disputa no mercado do crack não se dá em termos de valor de revenda da droga. O valor já é estipulado em instâncias mais amplas da rede de comercialização, em uma estrutura que começa nas redes internacionais de fornecimento da pasta base, passando pelos laboratórios de processamento da droga e pelos grandes distribuidores. A droga chega aos fornecedores locais com um valor fixo. Um centro de comercialização como uma rede de bocas não determina o valor de uma droga.

A não alteração interna dos preços foi relatada pelos entrevistados como uma estratégia de, inclusive, sobrevivência. Uma redução de preços levaria tanto à perda de lucro, pois os preços praticados são unânimes e ela não necessariamente ampliaria a rede de conexões, como também levaria a uma situação de guerra aberta com outras redes.

O preço é o mesmo; depende da qualidade da pedra. A pedra *mais boa* é a que ganha o território. Liquidação dá guerra: pedra de 10 eu vou vender a 5? A correria vai ser menor pra comprar. (traficante entrevistado)

As situações geradoras de conflitos abertos, alguns denominados “guerra do tráfico”, geralmente são originadas de um processo de concorrência primitiva, qual seja, a tomada de uma boca. Esse fenômeno foi chamado de maneira unânime pelos entrevistados de “olho grande”. A rentabilidade de uma boca atrai para si as atenções daqueles que atuam no mercado local. Essa situação, dependendo da maior ou menor força dos controladores, pode levar à tomada da boca ou a seu desmantelamento.

Outra situação é a guerra como ação de tomada de uma boca, a ocupação de um ponto de venda por um grupo ou indivíduo. Esse fenômeno se dá em processo, ou seja, aos poucos os membros pertencentes a uma rede vão “atravesando” áreas já demarcadas por outras. Os relatos indicam

que os confrontos não são entre os “donos”, mas sim entre os membros que estão conectados à rede no papel de vendedores. Assim, a guerra se realiza entre traficantes das bocas, fato que reforça a afirmação anterior sobre a vulnerabilidade das conexões que atuam na linha de frente da comercialização.

Os meninos que trabalham pros caras do (...) estão na rua de trás, e os meninos que trabalham para os caras do (...) estão na rua de cima. Só que a rua do (...) está vendendo mais do que a rua do (...). Então os meninos vão lá e acertam os meninos do (...), matam os meninos do (...) porque eles estão vendendo mais que eles. Então, sempre vai ser assim. Onde estiver vendendo mais – o cara vai querer ir lá e matar o outro, para ele pegar o ponto dele, pros outros não venderem mais que ele. (traficante entrevistado)

Finalmente, os dados indicam que, quanto mais organizada e com conexões centrais fortes, a rede apresenta menor probabilidade de ocorrência de conflitos internos. A realização de acordos comerciais e a distribuição de pontos de venda tendem a ser priorizados, evitando-se a disseminação de homicídios. Grandes conflitos atraem as atenções e uma exposição para além das conexões centrais pode levar a uma desestruturação radical da dinâmica de uma rede.

Na região do (...) também tinha muita disputa e roubos de boca, onde praticamente só se vende crack. Tem um alto índice de homicídios. Agora está mais tranquilo, pois o tráfico está mais organizado e a liderança tá bem definida. (traficante entrevistado)

Considerações finais

Retomemos a questão inicial deste trabalho: o crack pode ser responsabilizado pelo aumento das taxas de homicídios em Belo Horizonte? Em primeiro lugar, deve-se ter clareza de que a violência é própria das redes de comercialização de drogas ilícitas. O caráter de ilegalidade dessa atividade comercial, em um contexto de elevada demanda pelo produto por ela oferecido, tende a fomentar situações de conflito resolvidas mediante o uso da força física. Há uma violência sistêmica associada ao comércio das drogas ilícitas, conforme aponta Goldstein (1985).

O senso comum prevalecente na sociedade brasileira, frequentemente reforçado pelos meios de comunicação, concebe tal violência como atributo de uma atividade criminosa tipicamente organizada. O narcotráfico atuante nas favelas é tratado como organização estruturalmente fechada, com rigidez de papéis. Uma vez inserida, há impossibilidade de desligamento. As situações de conflito, geradoras de violência e homicídio, são explicadas, em última instância, por essa rigidez.

Essa interpretação não é válida para a realidade de Belo Horizonte. Não identificamos organizações criminosas caracterizadas como empresas, com um corpo bem definido de funcionários e uma estrutura hierárquica verticalizada envolvendo todos seus componentes. Podem ser qualificadas como organizações criminosas, sem dúvida alguma, mas se estruturam como redes de relacionamentos, o que é bastante singular. Como já discutido, uma rede é sustentada por suas conexões, e o arranjo dessa integração não é planejado em toda a sua extensão. Uma determinada ordem, uma estrutura de rede, é um processo emergente, condicionado pelas relações estabelecidas entre os indivíduos que a compõem.

O resultado de uma rede é um processo de auto-organização. Suas conexões se interpenetram, realizam trocas, participam da formação e da distribuição dos sentidos que formam uma rede. No entanto, essa conectividade, que a princípio deriva de uma integração voluntária, de uma identificação com os valores e os propósitos geradores de vínculos, nos faz refletir sobre o perfil da violência que a permeia.

Quando analisamos a rede de bocas de fumo, constatamos que ela é marcadamente territorial. Sua estrutura e suas conexões são constituídas a partir de um território. Sua dinâmica implica a dominação. Como vimos, as redes se instalam em territórios a despeito de uma deliberação local; naturalizam atitudes e comportamentos violentos; impõem um padrão de convivência como fato consumado. No caso das firmas instaladas nos grandes aglomerados, a dominação se estende sobre as populações locais, inclusive com restrições aos direitos fundamentais.

A violência dessas redes é mais constrangedora no que tange às relações comerciais estabelecidas. Sua dinâmica é garantida por conexões de jovens que buscam trabalho,

renda e reconhecimento. No entanto, a autonomia para a integração a essa rede está relacionada a um baixo leque de oportunidades. O acesso à renda é facilmente consumido, inclusive pelo principal produto fornecido pela rede.

As relações estabelecidas configuram-se como trabalho destituído de qualquer regra de seguridade. A insegurança e a sujeição à violência são moeda corrente. Essa violência é ainda maior se considerarmos que é trabalho remunerado com escambo ou produto originado de roubos.

A violência que se verifica nas redes de bocas diz respeito à decisão mercadológica pela venda do crack. Tudo o que foi destacado sobre os efeitos farmacológicos aliados à inserção dessa droga em populações pobres nos leva a considerar que estamos vivendo uma situação de vitimização da pobreza. O processo de endividamento no comércio do crack tende a ser mais intenso do que no da cocaína em pó, embora o crack seja a própria cocaína na forma de pedra. E tal endividamento mais acentuado resulta dos efeitos farmacológicos singulares do crack em comparação com os da cocaína em pó. O crack gera consumidores mais compulsivos e, conseqüentemente, mais endividados, conforme é relatado pelos traficantes entrevistados. O “derrame” da droga acaba sendo mais frequente na comercialização do crack no varejo do que na da cocaína em pó e da maconha. Os dados obtidos permitem-nos concluir que o mercado do crack tende a disseminar a violência nas regiões onde predomina, incrementando a incidência de roubos e principalmente de homicídios. Em outros termos, o tráfico do crack tem o potencial de gerar epidemias de homicídios.

Cabe-nos explicar, ainda, por que a deterioração gradativa dos homicídios em Belo Horizonte foi revertida a partir de 2005, consolidando-se nos anos posteriores a despeito da disseminação do consumo do crack. O município já acumula uma redução de 42% no número absoluto de homicídios entre 2004 e 2009. A ação repressiva qualificada adotada pela Secretaria de Defesa Social, pautando-se pela prisão de homicidas contumazes assim como pela presença mais ostensiva da Polícia Militar de Minas Gerais nas regiões de maior violência, acabou por reduzir a letalidade dos conflitos oriundos do tráfico do crack. Uma força-tarefa composta por policiais civis e militares da capital foi constituída em meados de

2005, tendo como principal tática a identificação, por meio da análise de inquéritos policiais, de indivíduos que tinham cometido mais de dois homicídios e ainda se encontravam em liberdade. Mandados de prisão temporária e preventiva foram fornecidos pelas varas criminais, dando fundamento legal à operação. Mais de 100 homicidas contumazes foram presos no período de 18 meses. Um importante projeto de prevenção social da criminalidade, o Fica Vivo, foi implantado a partir de 2004 nos aglomerados de Belo Horizonte que apresentavam os maiores indicadores de homicídios. Além de contemplar diversas ações de inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social, o projeto envolvia a presença constante e comunitária da Polícia Militar nesses mesmos aglomerados por meio dos Grupamentos Especiais de Patrulhamento em Áreas de Risco (Gepar). Todas essas ações, que perduraram até 2009, foram decisivas para reverter a epidemia de homicídios que assolava a cidade (SAPORI, 2007).

Sob tal perspectiva, a ação governamental foi capaz de impactar a incidência de homicídios mesmo em uma conjuntura de disseminação do comércio e do consumo do crack. As evidências disponíveis apontam para uma autorregulação da violência no interior do tráfico de crack, resultante da decisão de patrões e gerentes das diversas redes de bocas de evitar ao máximo o cometimento de assassinatos. Prevaleceu a racionalidade mercadológica do tráfico de drogas. A sucessão de homicídios começou a atrair a presença da polícia nos principais aglomerados, fato que afeta diretamente a lucratividade do comércio da droga ilícita. E a maior presença policial nos locais de venda da droga não é algo desejado pelos patrões e gerentes das redes de bocas, conforme mostra depoimento de traficante entrevistado: “Pra matar, tem quem pedir, porque, se não, quebra a boca. Os *homi* na boca *diminui* o dinheiro.”

Referências

- BLUMSTEIN, Alfred. (1995), "Youth Violence, Guns and the Illicit Drug Industry". *The Journal of Criminal Law and Criminology*, Vol. 86, nº 1.
- CAPRA, Fritjof. (2001), *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo, Cultrix.
- GOLDSTEIN, Paul J. (1985), "The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework". *Journal of Drugs*, nº 14.
- _____ et alii. (1997), "Crack and Homicide in New York City". Em: REINARMAN, Craig [e] LEVINE, Harry G. (orgs). *Crack in America*. Berkeley, University of California Press.
- JOHNSON, Bruce; GOLUB, Andrew [e] DUNLAP, Eloise. (2000), "The Rise and Decline of Hard Drugs, Drugs Markets and Violence in Inner-City New York". Em: BLUMSTEIN, Alfred [e] WALLMAN, Joel (orgs). *The Crime Drop in America*. Nova York, Cambridge University Press.
- LEVITT, Steven D. [e] DUBNER, Stephen J. (2007), *Freakonomics: O lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- MESSNER, Steven; GALEA, Sandro; TARDIFF, Kenneth J.; TRACY, Melissa; BUCCIARELLI, Angela; MARKHAM PIPER, Tinka; FRYE, Victoria [e] VLAHOV, David. (2007), "Policing, Drugs and the Homicide Decline in New York City in the 1990s". *Criminology*, Vol. 45, nº 2.
- SAPORI, Luis Flavio. (2007), *A segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (2006), "Redes de movimentos sociais". *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 21, nº 1, pp. 109-130.
- ZIMRING, Franklin E. F. (2007), *The Great American Crime Decline*. Nova York, Oxford University Press.